CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 805/77

INTERESSADO: CAMILO DE LELIS ROMUALDO PINHEIRO

ASSUNTO: Contrato do interessado para lecionar as disciplinas:
Direito Comercial III e Direito do Trabalho, na FD
de Franca.

RELATOR: Consº Alpínolo Lopes Casali

PARECER CEE Nº 1662/83 -CTG- APROVADO EM 09/11/83

1. HISTÓRICO:

O Conselho Estadual de Educação autorizou, pelo Parecer-CEE nº 256/78, a Faculdade de Direito de Franca a admitir o Sr. Camilo de Lelis Romualdo Pinheiro, bacharel em Ciências Jurídicas e advogado, a ministrar aulas de Direito do Trabalho na categoria de professor I.

Em novembro de 1980, a Faculdade o indicou para professor de Direito Comercial sob igual categoria docente.

O Conselho, pelo Parecer-CEE nº 420/81, autorizou a sua admissão até o final do ano letivo de 1981. A autorização, por tempo indeterminado, ficou condicionada ao enriquecimento curricular, mediante um dos meios referidos na Deliberação-CEE nº 5/80.

Findo o ano letivo, não iniciado porém o de 1982, a Faculdade requereu fosse concedido novo prazo a fim de que o seu professor pudesse atender à condição firmada pelo Parecer-CEE nº 420/81.

O Conselho deu-lhe o prazo até o final do ano letivo de 1982.

Por meio de ofício de 25 de março de 1983, a Faculdade voltou ao Conselho para requerer novo prazo, à vista da documentação oferecida pelo interessado, Sr. Camilo de Lelis Romualdo Pinheiro.

O protocolado foi redistribuído em data de 17 de agosto, vindo a seguir até nós.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Se fez prova cabal de que está credenciado a ministrar aulas de Direito do Trabalho, é certo porém que o Sr. Camilo de Lelis Romualdo Pinheiro, quanto a Direito Comercial, deixou de oferecer prova, de modo a atender a uma das alíneas do inciso II do art. 4º da Deliberação-CEE nº 5/80.

No entanto, é exato que, às fls. 119/180, há com-

provante de que se encontra inscrito em um curso de especialização sobre Direito Empresarial, que se realiza na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

Há afinidade entre o Direito Comercial e o Direito Empresarial. Assim, o interessado vem a ter efetiva possibilidade de satisfazer aquela Deliberação do Conselho.

A concessão de novo prazo será um meio para que o interessado tenha a sua decisão de estudar retribuída com a autorização de vir a lecionar a disciplina pretendida, mediante a prova da conclusão do curso.

Lendo as peças dos autos deste protocolado, verifica-se que, durante apreciável período, a Faculdade de Direito de Franca realizou cursos, ainda que de curta duração, com aulas ministradas por eminentes membros de nossa Magistratura.

Por que cessou essa programação de estudos jurídicos?

3. CONCLUSÃO:

À vista dos documentos apresentados, autoriza-se por exceção, o Sr. Camilo de Lelis Romualdo Pinheiro a ministrar aulas de Direito Comercial III e Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito de Franca até o final do ano letivo de 1.983, na categoria docente de Professor I.

São Paulo, 11 de outubro de 1983.

a) Cons^o Alpínolo Lopes Casali - Relator

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Paulo Gomes Romeo, Jéssen Vidal, Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 13.10.83

a) Cons^o Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 09 de novembro de 1983.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE